



Relatório de Gestão



Cada pessoa que se junta a nós é uma peça fundamental. O nosso crescimento e expansão não são apenas números, mas histórias de vidas transformadas, sonhos realizados e comunidades fortalecidas. À medida que avançamos, nossos passos reverberam por todos os cantos, levando oportunidades e mudando destinos.

União



e movimento

Cooperar é o que nos move

Imagine um mundo onde cada passo dado é impulsionado pelo poder da união. Um lugar onde a solidariedade, a confiança e a colaboração são as forças motrizes por trás do crescimento e do desenvolvimento de cada indivíduo. Bem-vindo ao nosso universo de cooperação, onde acreditamos que juntos podemos alcançar o inimaginável.

Aqui, a cooperação é muito mais do que uma palavra no dicionário, é uma filosofia que permeia cada fibra do nosso ser. Quando nos unimos, movidos pela cooperação, somos capazes de superar desafios e criar um futuro brilhante.

Junte-se a nós e sinta o poder dessa força transformadora.

7

Princípios do cooperativismo



1) Adesão livre e voluntária

Liberdade e igualdade são a base do primeiro princípio. No cooperativismo qualquer pessoa pode se tornar um cooperado, desde que faça isso de forma livre e voluntária, e esteja disposta a assumir suas responsabilidades.



2) Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto. As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



3) Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



4) Autonomia e independência

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



5) Educação, formação e informação

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores. Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



6) Interooperação

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



7) Interesse pela comunidade

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



Para você e sua empresa



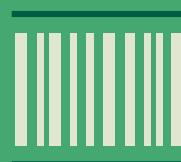
Financiamentos



Empréstimos



Capital de Giro



Boletos



Maquininha



Cartões



Consórcios



Cheques



Aplicações



Seguros



Previdência



Conta Kids



App CrediSIS



Internet Banking

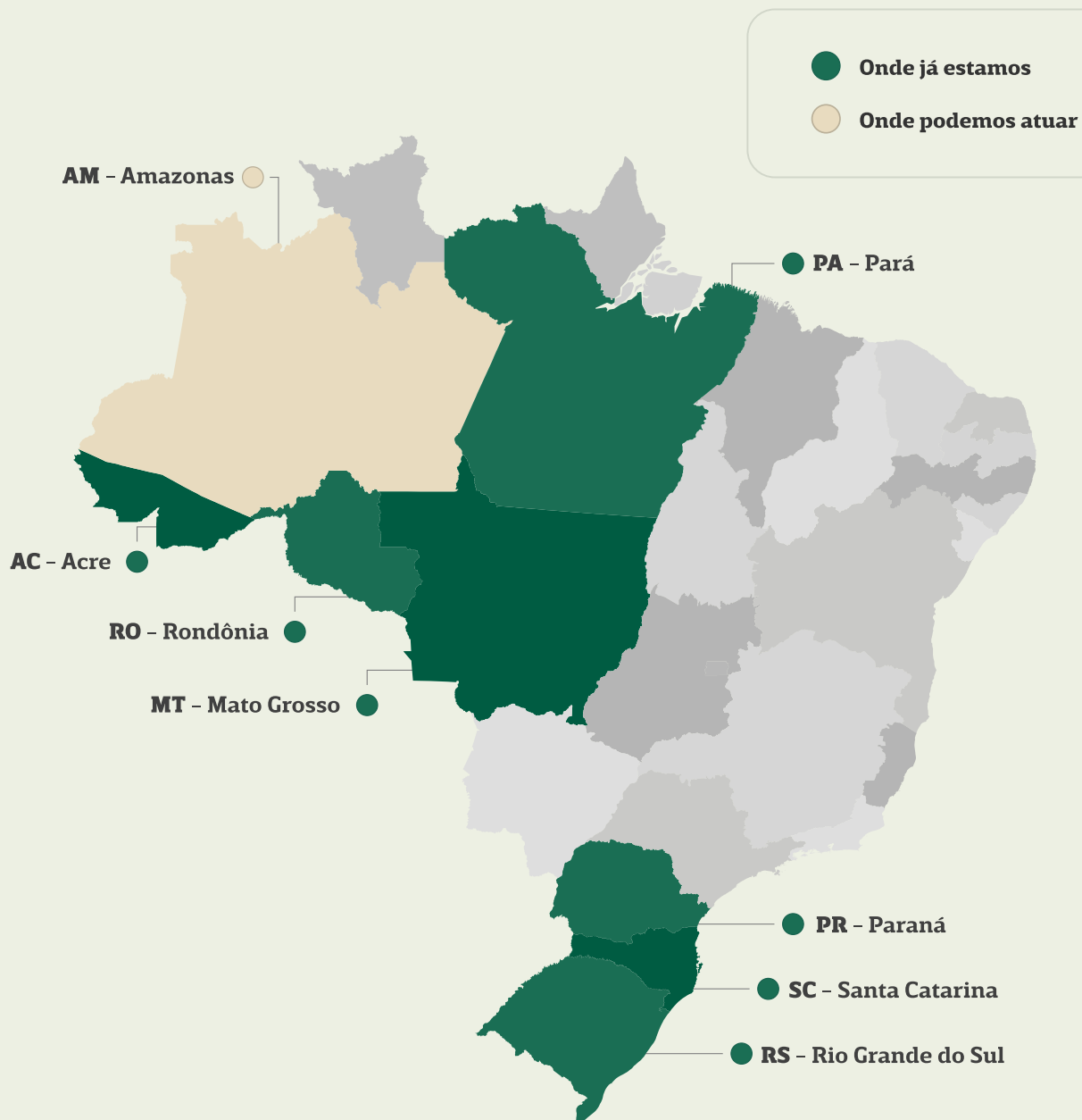


Caixas Eletrônicas



Pix

Mapa de atuação



07 estados • **51** municípios • **10** distritos

12 cooperativas • **71** agências • **70** mil cooperados



A revolução da --- cooperação

Acreditamos na cooperação não como um conceito abstrato, mas como uma força viva que pulsa em nossas veias. Essa força nos conecta a um propósito, nos faz olhar sempre na mesma direção e buscar um objetivo comum: o desenvolvimento pela transformação.

E você está convidado a fazer parte dessa revolução da cooperação. Juntos, vamos escrever uma história de crescimento, fortalecimento e prosperidade.

Sumário

Cooperar é o que nos move	03
7 princípios do cooperativismo	04
Para você e sua empresa	06
Mapa de atuação CrediSIS	07
A revolução da cooperação	08
Parecer do conselho fiscal	10
Palavra do Presidente	11
Relatório da Administração	12
Evolução dos Resultados	13
Ações Sociais ESG	14
Relatório dos Auditores Independentes	15
Demonstrações Financeiras	
Balancos patrimoniais	17
Demonstrações do resultado	18
Demonstrações do resultado abrangente	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22
1 Contexto operacional	22
2 Apresentação das demonstrações financeiras	23
2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação	23
2.2 Continuidade dos negócios	25
3. Políticas contábeis materiais	25
4 Caixa e equivalentes de caixa	29
5 Títulos e valores imobiliários	30
6 Relações interfinanceiras	30
7 Operações de crédito	30
8 Outros ativos financeiros	31
9 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31
10 Outros ativos	32
11 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações	32
12 Depósitos	32
13 Recursos de aceite e emissão de títulos	33
14 Provisões	32
15 Outros Passivos	34
16 Patrimônio líquido	34
17 Ingressos de operações de crédito	35
18 Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas	36
19 Dispêndios e despesas de pessoal	36
20 Outros dispêndios e despesas administrativas	36
21 Outros ingressos e receitas operacionais	37
22 Outros dispêndios e despesas operacionais	37
23 Outras receitas e despesas	37
24 Resultado não recorrente	37
25 Partes relacionadas	38
25.1 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.	38
26 Índice de Basileia	39
27 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	39
28 Seguros contratados	41

Parecer Conselho Fiscal

Nós abaixo assinados, André Roberto Mozzini, Jarbas Mário Zandoná e Rafael D'Agostini Annes, membros efetivos do Conselho Fiscal, da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Planalto Médio do Rio Grande do Sul Ltda. "CREDIPLAN", em cumprimento ao artigo 65, item VIII do Estatuto Social, declaramos que procedemos minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis que compreendem o Balanço Geral, relativo ao Exercício de 2023, recomendamos a Assembleia Geral Ordinária a aprovação das contas, de acordo com o parecer apresentado nas Demonstrações Financeiras.

Passo Fundo, 27 de março de 2023.

André Roberto Mozzini

Jarbas Mário Zandoná

Rafael D'Agostini Annes

Palavra do Presidente

Em nome do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, quero aproveitar a oportunidade para agradecer à todos os cooperados que nos prestigiam, depositando seus recursos na cooperativa e acreditando no nosso trabalho. Afinal, vocês cooperados, são a alma da nossa cooperativa de crédito.

Estamos, nos últimos anos, caminhando com determinação para chegarmos ao objetivo da excelência no atendimento às demandas de nossos cooperados e, constantemente, com muito trabalho de toda a administração e colaboradores, buscando, sempre, o crescimento, o desenvolvimento e, como consequência disso, a expansão de nossos serviços.

Em 2021, com a filiação ao Sistema CrediSIS, nos colocamos num novo cenário tecnológico, propiciando à todos os cooperados, além da Intermediação Financeira, uma melhor qualidade no atendimento, com oferta de Produtos e Serviços para atendimento de necessidades do dia a dia, favorecendo e aproximando à todos, ainda mais, da CrediSIS/CrediPlan.

Após a filiação, através do Aplicativo (CrediSIS/Crediplan), nossos cooperados podem realizar consultas de suas operações em Conta Corrente, Aplicações e Empréstimos, de forma rápida e objetiva, podendo ainda efetuar diversas outras operações, que antes necessitava da presença física na cooperativa e que, hoje, podem ser realizados de forma virtual.

Além disso, nossos cooperados tem a sua disposição:

- Cartões de Crédito;
- Maquininhas de Cartões para recebimento de seus serviços prestados, que poderá ser utilizada em Consultórios e Clínicas;
- Consórcios para várias modalidades de investimentos;
- Previdência Privada; e,
- Seguros de diversas modalidades.

Certamente, desde o início das atividades, todos os que participaram das administrações anteriores, muito trabalharam para chegarmos até aqui.



É preciso enfatizar que, todas as Administrações sempre trabalharam muito na busca daquilo que consideramos ser o mais importante e fundamental para a nosso negócio, a Confiança e a Credibilidade.

Aos cooperados, que nos têm ajudado e acreditam no nosso trabalho, depositando sua confiança em nossas decisões, é preciso enfatizar que muito estamos fazendo para darmos continuidade ao trabalho realizado pelas administrações anteriores, buscando, em primeiro lugar, o crescimento, o desenvolvimento e a sustentabilidade da CrediSIS/CrediPlan.

Há sempre muito o que fazer. O mercado muda e novas alternativas são vislumbradas.

É por isso que a CrediSIS/CrediPlan, além de ser uma instituição financeira que contribui para a força individual no interesse do coletivo, fomentando crédito a taxas que permitam aos cooperados realizarem seus investimentos, também, ela, propicia aos cooperados a “Educação Cooperativa”, permitindo que todos possam participar das administrações, oportunizando conhecerem o funcionamento de todo um Sistema Financeiro.

Na qualidade de Presidente, preciso manifestar minha satisfação em ter, nos anos em que participei das administrações anteriores e atual (mais de 15 anos), adquirido conhecimento e experiência que me propiciam dizer que nosso modelo é o mais saudável e que, muito embora as dificuldades encontradas no mercado financeiro nos últimos anos, pudemos crescer e buscar novas alternativas para a melhoria de nossos serviços.

No ano de 2023, a CrediSIS/CrediPlan apresentou uma sobra bruta de mais de R\$ 11 milhões de reais, o que nos vai propiciar, na Assembleia que será realizada em 09/04/2024, distribuímos uma Sobras líquida de mais de R\$ 7 milhões de reais.

O Ano de 2024 e seguintes, são ainda mais desafiadores e, para que continuemos crescendo e nos desenvolvendo, precisamos, sempre, do incondicional apoio de nossos cooperados, e assim, juntos mantermos nossa cooperativa forte, saudável e rentável.

É preciso, também, ressaltar o grande trabalho realizados pelos colaboradores da CrediSIS/CrediPlan, que têm se empenhado na busca de melhores soluções, para a excelência no atendimento.

No dia 05/11/2023, a cooperativa completou 30 anos de sua Fundação e no dia 01 de Julho de 2024 completará 30 Anos de início de atividades. Por este motivo, é preciso, mais uma vez, agradecer aos nossos cooperados pelo apoio dado em todos estes anos à nossa cooperativa CrediSIS/CrediPlan.

Muito Obrigado.

Alexandre Froes Michelin

Presidente do Conselho de Administração
CrediSIS CrediPlan RS

Relatório da Administração

Exercício 2023

Apresentamos à A.G.O., o relatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Como pode ser visto, muito embora as contingências e incertezas apresentadas durante o exercício de 2023, a Cooperativa obteve excelentes resultados financeiros, rentabilizando os recursos de seus cooperados.

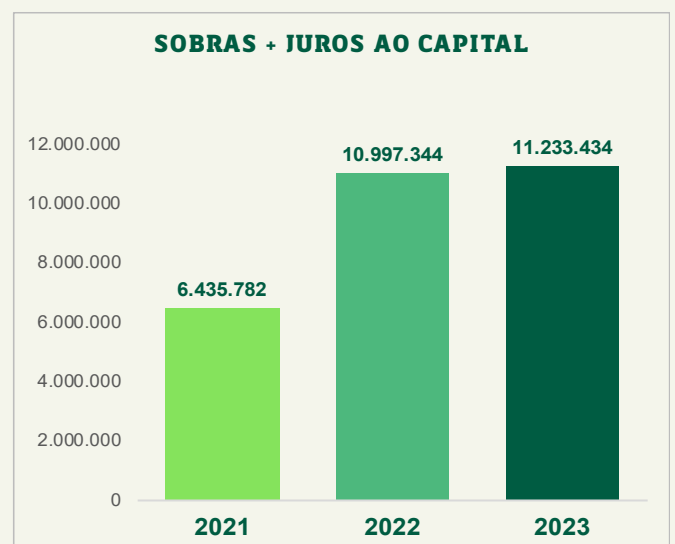
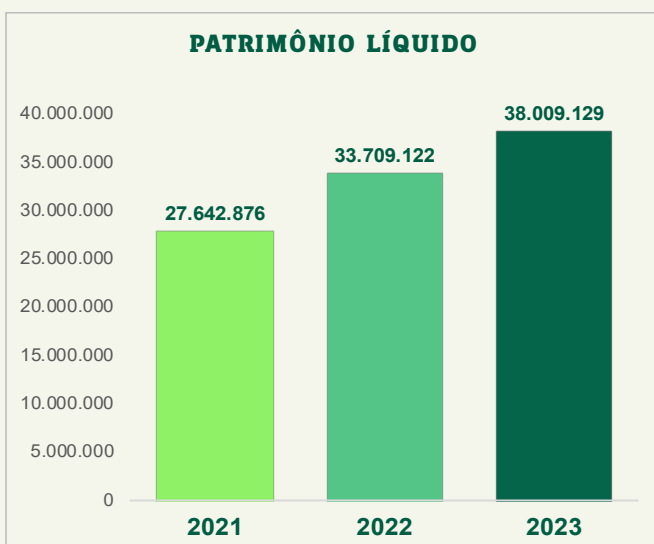
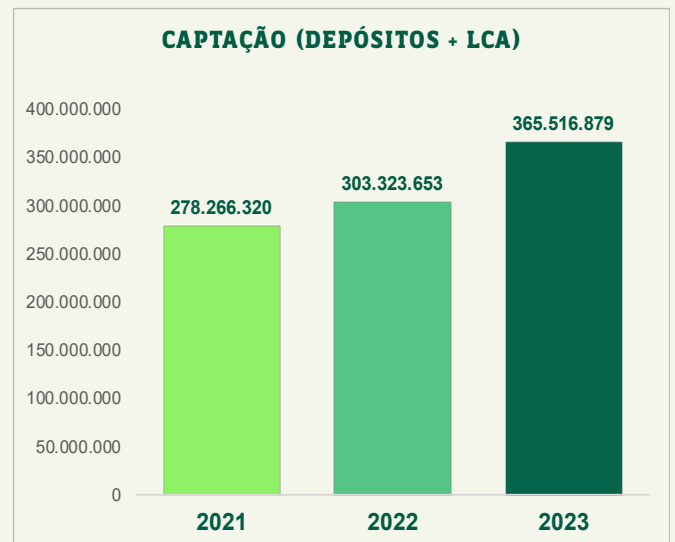
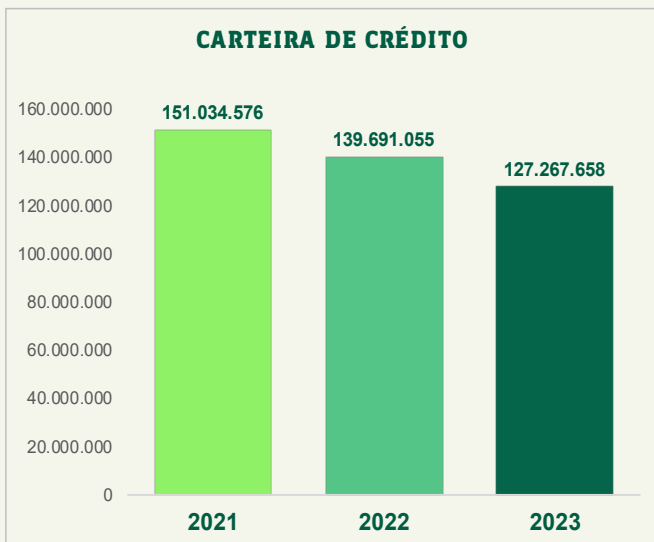
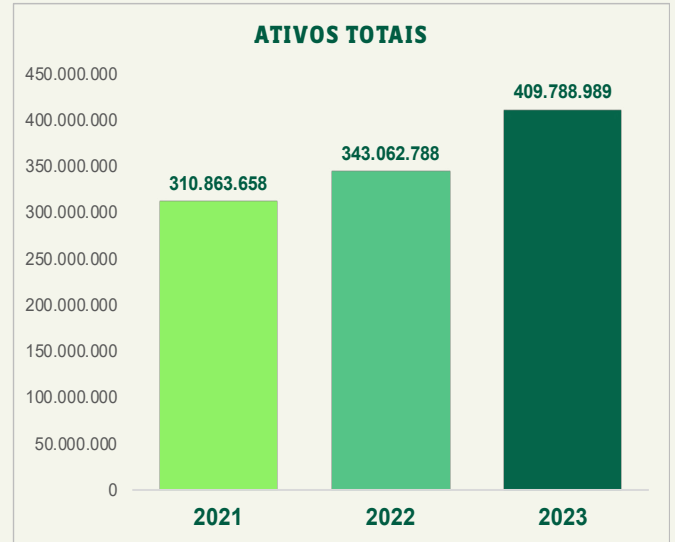
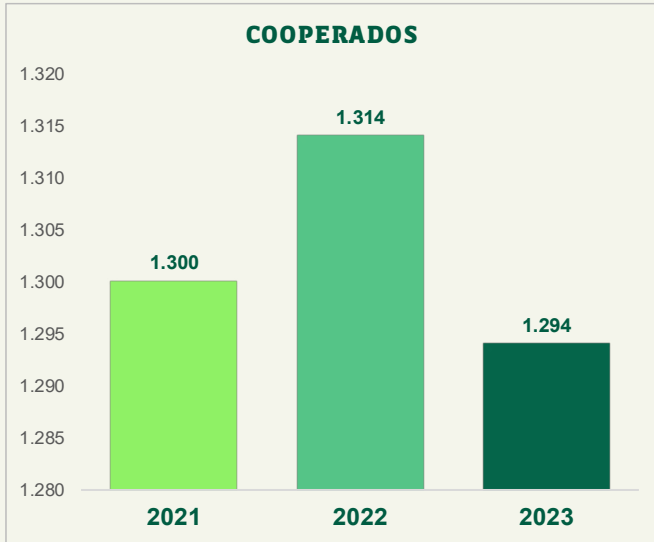
As receitas obtidas com a Intermediação Financeira, mais precisamente com Aplicação em TVM somadas com as dos Empréstimos e Financiamento, demonstram a capacidade de a cooperativa honrar com seus custos financeiros de Captação, de Pessoal, Administrativos e outros.

As Sobras do exercício apresentaram aumento no valor nominal em relação aos exercícios anteriores, impulsionado, principalmente, pelo aumento da Taxa SELIC, propiciando excelente rentabilidade dos recursos administrados que tiveram um crescimento sustentável, fazendo com que a cooperativa alçasse seus objetivos sociais, ao mesmo tempo em que propiciou aos cooperados a realização de investimentos pessoais e profissionais com taxas de juros abaixo das praticadas pelo mercado financeiro.

Da mesma forma, os cooperados aplicadores, também obtiveram excelente rentabilidade dos seus recursos investidos na cooperativa.

Enfatizamos que o trabalho realizado pela administração, por si só, não teria obtido os resultados apresentados, se não tivesse o apoio e a confiança que nos foi depositada por todos os cooperados.

Evolução dos Resultados



Ações Sociais ESG





Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

Aos cooperados e administradores da Credis/S Crediplan- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Planalto Médio do Rio Grande do Sul Ltda. Passo Fundo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa e Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Planalto Médio do Rio Grande do Sul Ltda. - Credis/S/Crediplan ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa e Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Planalto Médio do Rio Grande do Sul Ltda. - Credis/S/Crediplan em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 20 de março de 2023, não continha modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às

instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 8 de março de 2024.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S "RO"

André Zerbetto Chinarello
Contador - CRC 1SP335254/O-8 S "RS"

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

Ativo	NOTA	2023	2022
Disponibilidades	4	478.403	496.510
Instrumentos financeiros		408.440.386	340.148.349
Títulos e valores mobiliários	5	9.477.575	3.238.194
Relações interfinanceiras	6	269.215.461	194.953.988
Operações de crédito	7	127.267.658	139.691.055
Outros ativos financeiros	8	2.479.692	2.265.112
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(2.264.215)	(1.461.810)
Ativos fiscais correntes e diferidos		25	-
Outros ativos	10	2.098.138	3.067.156
Imobilizado de uso	11	1.521.336	1.126.921
Intangível	11	346.160	340.517
(-) Depreciações e amortizações	11	(831.244)	(654.855)
Total do Ativo		409.788.989	343.062.788
Passivo			
Depósitos	12	358.359.291	303.323.654
Demais instrumentos financeiros		7.264.567	104.402
Recursos de aceite e emissão de títulos	13	7.157.589	-
Outros passivos financeiros		106.978	104.402
Provisões	14	2.459.388	2.265.113
Obrigações fiscais correntes e diferidas		330.578	309.656
Outros passivos	15	3.366.037	3.844.189
		371.779.861	309.847.014
Patrimônio Líquido	16		
Capital social		16.402.691	13.602.483
Reservas de sobras		14.518.102	12.627.880
Sobras acumuladas		7.088.335	6.985.411
		38.009.128	33.215.774
Total do passivo e patrimônio líquido		409.788.989	343.062.788

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

		2023	2022
	NOTA	2º semestre	Exercício
		Exercício	Exercício
Ingressos e receitas da intermediação financeira		26.359.908	51.303.069
Operações de crédito	17	10.935.497	22.452.414
Ingressos de depósitos intercooperativos	6	15.420.991	28.836.334
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.420	14.321
Dispêndios e despesas da intermediação financeira		(18.370.463)	(34.452.210)
Operações de captação no mercado	12	(17.506.376)	(33.649.805)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.b	(864.087)	(802.405)
Resultado bruto da intermediação financeira		7.989.445	16.850.859
Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais		(2.775.215)	(5.542.197)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	18	520.465	939.477
Rendas de tarifas	18	29.363	62.063
Dispêndios e despesas de pessoal	19	(1.651.382)	(2.861.124)
Outros dispêndios e despesas administrativas	20	(2.124.731)	(4.220.194)
Dispêndios e despesas tributárias		(65)	(180)
Outros ingressos e receitas operacionais	21	733.548	1.120.503
Outros dispêndios e despesas operacionais	22	(282.413)	(582.742)
Resultado operacional		5.214.230	11.308.662
Outras receitas e despesas	23	(41.222)	(53.802)
Sobras antes da tributação e participações		5.173.008	11.254.860
Imposto de renda e contribuição social		(6.874)	(21.426)
Imposto de renda sobre atos não cooperados		(3.437)	(10.713)
Contribuição social sobre atos não cooperados		(3.437)	(10.713)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital		5.166.134	11.233.434
Juros ao capital		(1.875.043)	(1.875.043)
Sobras do período antes das destinações		3.291.091	9.358.391

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

		2023	2022
		2º semestre	Exercício
		Exercício	Exercício
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital		5.166.134	11.233.434
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		5.166.134	11.233.434

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reserva legal	Reserva de Contingência	Reserva de Equalização	Sobras acumuladas	Totais
Saldos em 01 de janeiro de 2022	13.704.603	(681.746)	6.860.500	585.998	2.778.538	4.394.982	27.642.875
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	123.169	-	-	-	123.169
Destinações das sobras do exercício anterior:							
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	-	(4.394.982)	(4.394.982)
Movimentação de capital:							
Por Subscrição/realização	51.580	256.156	-	-	-	-	307.736
Por devolução (-)	(301.935)	16.060	-	-	-	-	(285.875)
Reclassificações de reservas	-	-	-	2.778.538	(2.778.538)	-	-
Reversões de fundos	-	-	-	-	416.899	-	416.899
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	-	-	-	10.997.345	10.997.345
Remuneração de juros sobre o capital próprio:							
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(1.655.808)	(1.655.808)
Juros sobre o capital próprio, líquido	557.765	-	-	-	-	-	557.765
Destinações das sobras do período:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	(931.388)	-
Reserva de contingências	-	-	931.388	931.388	-	(931.388)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(465.694)	(465.694)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	(27.656)	(27.656)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14.012.013	(409.530)	7.915.057	4.295.924	416.899	6.985.411	33.215.774
Saldos em 01 de janeiro de 2023							
Saldos em 01 de janeiro de 2023	14.012.013	(409.530)	7.915.057	4.295.924	416.899	6.985.411	33.215.774
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(597)	(597)
Destinações das sobras do exercício anterior:							
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	-	(6.985.411)	(6.985.411)
Movimentação de capital:							
Por Subscrição/realização	75.552	305.173	-	-	-	-	380.725
Por devolução (-)	(835.065)	-	-	-	-	-	(835.065)
Transferência entre reservas	-	-	-	416.899	(416.899)	-	-
Reversões de fundos	-	-	-	-	-	174.294	174.294
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	-	-	-	11.233.434	11.233.434
Remuneração de juros sobre o capital próprio:							
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(1.875.043)	(1.875.043)
Juros sobre o capital próprio, líquido 2022	1.561.980	-	-	-	-	-	1.561.980
Juros sobre o capital próprio, líquido 2023	1.692.568	-	-	-	-	-	1.692.568
Destinações das sobras do período:							
Reserva legal	-	-	945.111	-	-	(945.111)	-
Reserva de contingências	-	-	-	945.111	-	(945.111)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(472.556)	(472.556)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	(80.975)	(80.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.507.048	(104.357)	8.860.168	5.657.934	-	7.088.335	38.009.128
Saldos em 01 de julho de 2023							
Saldos em 01 de julho de 2023	15.024.760	(237.554)	7.915.057	4.712.823	-	6.067.300	33.482.386
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(597)	(597)
Movimentação de capital:							
Por Subscrição/realização	68.227	133.197	-	-	-	-	201.424
Por devolução (-)	(278.507)	-	-	-	-	-	(278.507)

Continua...

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

...Continuação

	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reserva legal	Reserva de Contingência	Reserva de Equalização	Sobras acumuladas	Totais
Reversões de fundos	-	-	-	-	-	174.294	174.294
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	-	-	-	5.166.134	5.166.134
Remuneração de juros sobre o capital próprio:							-
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(1.875.043)	(1.875.043)
Juros sobre o capital próprio, líquido 2023	1.692.568	-	-	-	-	-	1.692.568
Destinações das sobras do período:							-
Reserva legal	-	-	945.111	-	-	(945.111)	-
Reserva de contingências	-	-	-	945.111	-	(945.111)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(472.556)	(472.556)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	(80.975)	(80.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.507.048	(104.357)	8.860.168	5.657.934	-	7.088.335	38.009.128

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023	2022
	2º semestre	Exercício
Sobras antes da tributação e participações	5.173.008	11.254.860
Ajuste de exercícios anteriores	(597)	(597)
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	864.087	802.405
Depreciações e amortizações	92.235	176.389
Sobras antes da tributação e participações ajustado	6.128.733	12.233.057
(Aumento) redução em ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	8.658	99.383
Relações interfinanceiras	321.365	3.600
Operações de crédito	7.502.870	12.421.367
Outros ativos financeiros	2.786.182	(212.550)
Ativos fiscais correntes e diferidos	-	(25)
Outros ativos	99.059	969.018
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos	11.201.810	55.035.637
Recursos de aceite e emissão de títulos	7.157.589	7.157.589
Relações interfinanceiras	(42.251)	-
Outros passivos financeiros	64.963	2.576
Provisões	55.507	194.275
Obrigações fiscais correntes e diferidas	195.560	20.922
Outros passivos	691.744	901.353
FATES - Atos cooperativos	(298.262)	(298.262)
FATES - Atos não cooperativos	(80.975)	(80.975)
Imposto de renda	(3.437)	(10.713)
Contribuição social	(3.437)	(10.713)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	35.785.678	88.425.539
Atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos na central	(1.295.630)	(6.338.764)

Continua...

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

...Continuação

	2023	2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício
Aquisição de imobilizado de uso	(31.062)	(394.415)	(78.551)
Aquisição de intangível	(4.152)	(5.643)	(100.081)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(1.330.844)	(6.738.822)	(178.632)
Atividades de financiamentos			
Aumento por novos aportes de capital	201.424	380.725	307.736
Devolução de capital à cooperados	(278.507)	(835.065)	(285.875)
Distribuição de sobras para associados	-	(6.985.411)	(4.394.982)
Reversões de fundos	-	-	416.899
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(77.083)	(7.439.751)	(3.956.222)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	34.377.751	74.246.966	42.973.016
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	235.316.113	195.446.898	152.473.882
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	269.693.864	269.693.864	195.446.898
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	34.377.751	74.246.966	42.973.016

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.
Em reais

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Planalto Médio do Rio Grande do Sul Ltda – Crespis Crediplan – CrediSIS Crediplan, detentora do CNPJ 97.259.253/0001-16, fundada em 05 de novembro de 1993, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil conforme Carta Patente número 94/065, em 28 de fevereiro de 1994.

A Cooperativa está sediada na Rua Uruguai, nº 2001, Bairro Centro, Passo Fundo - RS e tem sua área de ação nos seguintes municípios: Água Santa, Arvorezinha, Camargo, Campos Borges, Carazinho, Cacique Doble, Chapada, Colorado, Coxilha, Ciríaco, David Canabarro, Erebangó, Erechim, Ernestina, Espumoso, Estação, Fortaleza dos Valos, Getúlio Vargas, Lagoa dos Três Cantos, Ibiaça, Ibirubá, Ilópolis, Ipiranga do Sul, Marau, Mato Castelhano, Maximiliano de Almeida, Nicolau Vergueiro, Nonoai, Nova Boa Vista, Não-Me-Toque, Paim Filho, Passo Fundo, Pontão, Putinga, Ronda Alta, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, Santo Antônio do Planalto, Selbach, Sarandi, Sertão, Soledade, Tapejara, Tapera, Tio Hugo, Três Palmeiras, Victor Graeff, Vila Maria e XV de Novembro.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor; proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos associados, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como comercialização e a industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas naturais ou jurídicas, que concordem com o Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas e que residam ou exerçam na área de ação da cooperativa: Médicos; empregados da própria Cooperativa; as pessoas físicas que a ela prestem serviços em caráter não eventual, aposentados que, quando em atividades, atendam a critérios estatutários de associação; pessoas jurídicas sem fins lucrativos, exceto as cooperativas de crédito; e pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas associadas.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 5.051/2022, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições que especifica. É filiada à CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda desde 6 de janeiro de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 8 de março de 2024, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00(R2), 01(R1), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33(R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022 e 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões

internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

A implementação da Resolução CMN Nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, crédito e tecnologia do sistema CrediSIS com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema CrediSIS dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Cooperativa Central, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor. Considerando a data de implantação da citada resolução o Sistema CrediSIS revisou a estrutura para atender a norma e contratou a empresa de Consultoria BIP para a Implantação da Resolução CMN 4.966/21 e revisou o cronograma contendo as etapas até sua entrada em vigor, sendo:

- Etapa 01 (2024): Assessment e Plano de Projeto - Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios da Cooperativa Central e características contratuais dos fluxos de caixa.
- Etapa 02 (2024): Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Simplificado) - Considerando o enquadramento da instituição como S5, o modelo de impairment de ativos financeiros será realizado considerando o modelo simplificado aplicável para instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5, conforme definição do Banco Central.
- Etapa 03 (2024): Sistemas - Desenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência R4966) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- Etapa 04 (2024): Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- Etapa 05 (2024): Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- Etapa 06 (2024): Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN No 4.966/21.

Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução,

na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela Cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i. Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii. Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii. Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Não há outras normas a serem aplicadas em períodos futuros que a Cooperativa tenha avaliado impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

2.2. Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em tesouraria, depósitos bancários e centralização financeira mantida na Central.

d) Títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação e classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa Central em mantê-los até o vencimento, são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. As aplicações interfinanceiras e parte dos títulos e valores mobiliários garantem operações de repasses de recursos de crédito rural e produtos financeiros operados com instituições financeiras oficiais, entre eles, compensação, cartão de crédito e débito e correspondente bancário.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Participações em cooperativa, registrados pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela resolução CMN nº 4.817/2020.

e) Relações interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.761/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa

constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

h) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

l) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis,

acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

n) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 70.215.756. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 107.188.632. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 36.972.876.

o Impostos e contribuições

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre os ingressos e receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

p) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

q) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

r) Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito e depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	478.403	496.510
Relações interfinanceiras (nota 6)	269.215.461	194.950.388
	269.693.864	195.446.898

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Títulos de renda fixa	-	-	-	189.426	-	189.426
Cotas de fundos de investimento	90.043	-	90.043	-	-	-
Participações em cooperativas (i)	-	9.387.532	9.387.532	-	3.048.768	3.048.768
	90.043	9.387.532	9.477.575	189.426	3.048.768	3.238.194

- i. Trata-se de participação na Central do Sistema CrediSIS. Até junho de 2022 estava contabilizado em investimentos e conforme a IN BCB nº 268/2022 passou a ser registrado em Títulos e Valores Mobiliários. A distribuição de sobras e juros ao capital recebida da Central do Sistema Credisis está registrada no grupo de “Outros ingressos e receitas operacionais” (nota 21).

6. Relações interfinanceiras

Descrição	2023	2022
Direitos junto ao sistema de liquidação	-	3.600
Centralização financeira (i)	269.215.461	194.950.388
	269.215.461	194.953.988

- i. Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da CREDISIS Central – Central de Cooperativas Ltda. determinado no artigo 24º da Resolução CMN nº 4.434/2015. Possui remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R\$ 28.836.334 (R\$ 12.277.601 em 2022).

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	16.174.400	59.432.249	75.606.649	16.179.108	62.435.151	78.614.259
Financiamentos	11.014.426	40.646.583	51.661.009	12.351.490	48.725.306	61.076.796
	27.188.826	100.078.832	127.267.658	28.530.598	111.160.457	139.691.055

Foram registrados no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 22.452.414 (R\$ 22.687.708 em 2022) (nota 17).

b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2023			2022		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	68.287.601	68.287.601	-	96.246.836	96.246.836
B	1,0	-	45.450.036	45.450.036	-	30.042.210	30.042.210
C	3,0	15.551	8.971.963	8.987.514	35.158	11.549.621	11.584.779
D	10,0	4.550	1.172.979	1.177.529	47.565	1.474.884	1.522.449
E	30,0	49.080	3.158.971	3.208.051	-	97.920	97.920
G	70,0	-	134.917	134.917	-	152.912	152.912
H	100,0	-	22.010	22.010	-	43.949	43.949
		69.181	127.198.477	127.267.658	82.723	139.608.332	139.691.055

c) Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2023	2022
2024	-	23.942.341
2025	23.097.487	21.132.029
2026	19.212.152	17.111.961
2027 a 2036	57.769.193	48.974.126
	100.078.832	111.160.457

d) Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 1.169.826 (R\$ 1.169.826 em 2022). Em 2023, não houve recuperação de créditos baixados com prejuízo, substancialmente por meio de ações judiciais (R\$ 49.149 em 2022), registrados em ingressos de operações de crédito. (Nota 17)

S. Outros ativos financeiros

Descrição	2023			2022	
	Circulante	Não circulante	Total	Total	Não circulante
Devedores por depósitos em garantia (i)	-	2.459.38	2.459.388	2.265.112	-
Avais e fianças honrados	20.304	-	20.304	-	-
	9.477.575	189.426	3.048.768	3.238.194	

- i. Representa os depósitos de recursos fiscais do período 01/07/1999 a 20/11/2013, atualizados até a data de 31/12/2023, relativo as parcelas de COFINS, no qual a Cooperativa constituiu provisão conforme nota explicativa 14.

9. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**a) Composição por tipo de operação**

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(514.901)	(1.747.284)	(2.262.185)	(338.022)	(1.123.788)	(1.461.810)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.030)	-	(2.030)	-	-	-
	(516.931)	(1.747.284)	(2.264.215)	(338.022)	(1.123.788)	(1.461.810)

b) Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2023	2022
Saldo inicial	(1.461.810)	(1.319.866)
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(2.348.680)	(309.578)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(2.030)	-
Reversão de provisão para operações de crédito	1.548.305	167.634
Saldo final	(2.264.215)	(1.461.810)

10. Outros ativos

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos (i)	-	2.028.320	2.028.320	-	2.141.070	2.141.070
Devedores diversos – País	30.819	-	30.819	911.236	-	911.236
Pagamentos a ressarcir	26.701	-	26.701	20	-	20
Adiantamentos por conta de imobilizações	8.957	-	8.957	-	-	-
Adiantamentos e antecipações salariais	2.795	-	2.795	10.019	-	10.019
Despesas antecipadas	546	-	546	4.811	-	4.811
	69.818	2.028.320	2.098.138	926.086	2.141.070	3.067.156

- i. Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

11. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	2023	2022
				Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	1.135.496	(454.183)	681.313	513.364
Imóveis	4%	385.840	(163.653)	222.187	102.563
		1.521.336	(617.836)	903.500	615.927
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	20%	346.160	(213.408)	132.752	196.656
		1.867.496	(831.244)	1.036.252	812.583

12. Depósitos

Descrição	2023	2022
Depósitos à vista	51.546.944	54.675.283
Depósitos a prazo (i)	306.812.347	248.648.371
	358.359.291	303.323.654

- i. Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2023, foram registrados R\$ 33.649.805 (R\$ 27.685.532 em 2022) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I – proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II – contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III – contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.933/2021.

13. Recursos de aceite e emissão de títulos

Descrição	2023		Total
	Circulante	Não circulante	
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	4.598.821	2.558.768	7.157.589
	4.598.821	2.558.768	7.157.589

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004), lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, registrados no resultado, no grupo de “Operações de captação no mercado”.

14. Provisões

Descrição	2023	2022
	Não circulante	Não circulante
Provisão para contingências (nota 8)	2.459.388	2.265.113
	2.459.388	2.265.113

Descrição	
Saldos em 1º de janeiro de 2023	2.265.113
Constituição	194.275
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.459.388

Provisão constituída para atender contingência fiscal representada por depósitos de recursos fiscais efetuados no período de 01/07/1999 a 20/11/2013, atualizados até a data de 31/12/2023, relativo as parcelas de PIS e COFINS dos Processo de Mandado de Segurança impetrados contra a Fazenda Nacional, de nºs 2000.71.04.001085-9 e 2000.71.04.001084-7, respectivamente. Em virtude do desfecho desfavorável do recurso de repercussão geral nº 598.085 da matéria, a Cooperativa constituiu provisão, contudo, permanece discutindo juridicamente o assunto.

A cooperativa possui ainda processos judiciais referentes a IRPJ E CSLL que de acordo com a posição dos assessores jurídicos é a seguinte:

- CSLL: existe obrigação possível ou obrigação presente cuja possibilidade de uma saída de recursos é remota.
- IRPJ: existe obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos.

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui outros processos em que seja parte passiva e que indiquem perda provável e/ou possível em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

15. Outros passivos

Descrição	2023	2022
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	2.034.247	1.876.876
Fundos voluntários	580.620	-
Quotas de capital a pagar	498.601	132.872
Gratificações e participações a pagar	74.430	-
Sobras a distribuir	302	-
Juros sobre o capital	-	1.571.333
Provisão para participação nos lucros	-	17.982
	3.188.200	3.599.063
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	163.825	240.778
Credores diversos no País	14.012	4.348
	177.837	245.126
	3.366.037	3.844.189

- i. O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 16b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

É representado pelas integralizações de 1.294 e 1.314 cooperados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 380.725 (R\$ 307.736 em 2022), e também ocorreram devoluções em 2023, no montante de R\$ 835.065 (R\$ 285.875 em 2022).

O capital social é de R\$ 16.402.691 e de R\$ 13.602.483 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2023 e de 2022, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2023	2022
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital	11.233.434	10.997.345
Ajustes de exercícios anteriores	(597)	-
Reversões de fundos	174.294	-
Juros sobre o capital (i)	(1.875.043)	(1.655.808)
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (ii)	(945.111)	(931.388)
Reserva de contingências (c)	(945.111)	(931.388)
FATES - Atos Cooperativos (iii)	(472.556)	(465.694)
FATES - Atos Não Cooperativos	(80.975)	(27.656)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	7.088.335	6.985.411

- i. Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de dezembro de 2023, foram aprovados os juros ao capital nas contas dos cooperados. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício.
- ii. 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- iii. 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 15).

c) Reserva para contingências

Tem como finalidade garantir a continuidade do funcionamento da Cooperativa em face de eventualidades. Tem como objeto cobrir despesas decorrentes de ações administrativas contra a Cooperativa e seus administradores no desempenho de suas atribuições estatutárias e de condenações judiciais que imponham ônus à Cooperativa; equacionar déficit na apuração de venda de patrimônio (imobilizado); cobrir danos causados por intempéries ambientais, fazendo com que a Cooperativa volte a funcionar plenamente; e proteger o patrimônio contra eventuais adversidades relacionadas com o crime de subtração de patrimônio. O Fundo de Reserva de contingência será formado com recursos oriundos das sobras apuradas no exercício e, por sugestão do Conselho de Administração, será submetido à assembleia o percentual a ser aplicado sobre a sobra líquida do exercício para formação do Fundo.

Decorrido o prazo de cinco anos, será reavaliada a necessidade de continuidade do fundo e sua liquidação será por deliberação da Assembleia Geral que o constituiu.

d) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de abril de 2023, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2022 para distribuição de sobras (R\$ 6.985.411).

17. Ingressos de operações de crédito

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de empréstimos	6.691.719	13.595.547	12.290.535
Rendas de financiamentos	4.218.032	8.814.306	10.334.735
Rendas de adiantamento a depositantes	16.630	24.826	35.706
Rendas de direitos creditórios descontados	9.116	17.735	26.732
	10.935.497	22.452.414	22.687.708
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	-	-	49.149
	10.935.497	22.452.414	22.736.857

18. Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos e receitas de prestação de serviços			
Rendas de outros serviços	519.195	937.085	277.768
Rendas de cobrança	1.270	2.392	30.286
	520.465	939.477	308.054
Rendas de tarifas			
Rendas de serviços prioritários – PF	18.485	39.155	52.135
Rendas de tarifas bancárias – PJ	10.878	22.908	28.885
	29.363	62.063	81.020
	549.828	1.001.540	389.074

19. Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de pessoal – proventos	(748.842)	(1.276.701)	(1.064.927)
Despesas de pessoal – benefícios	(373.061)	(687.605)	(543.809)
Despesas de pessoal – encargos sociais	(271.509)	(483.411)	(399.690)
Despesas de honorários – Conselho Fiscal e Diretoria	(192.000)	(344.000)	(288.000)
Despesas de pessoal – treinamentos	(57.173)	(57.173)	(1.945)
Despesas de remuneração de estagiários	(8.797)	(12.234)	(4.931)
	(1.651.382)	(2.861.124)	(2.303.302)

20. Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio despesas da Central (nota 25)	(803.622)	(1.825.884)	(717)
Serviços de vigilância e segurança	(212.087)	(370.799)	(291.429)
Serviços do sistema financeiro	(246.024)	(363.761)	(91.526)
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(65.248)	(280.928)	(1.113.404)
Outras despesas administrativas	(115.850)	(225.006)	(594.207)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(164.619)	(219.014)	(68.336)
Transporte	(99.145)	(186.935)	(128.748)
Manutenção, conservação de bens e material	(102.873)	(179.706)	(129.889)
Depreciações e amortizações	(92.235)	(176.390)	(165.655)
Processamento de dados	(90.531)	(149.353)	(373.855)
Aluguéis	(64.449)	(109.705)	(47.834)
Comunicações	(32.111)	(64.710)	(128.442)
Água, energia e gás	(15.343)	(28.910)	(29.280)
Seguros	(7.859)	(20.118)	(44.659)
Viagem no país	(12.735)	(18.975)	(3.346)
	(2.124.731)	(4.220.194)	(3.211.327)

21. Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobras e Juros recebidos da Credisis Central (i)	553.114	913.466	-
Recuperação de encargos e despesas	169.611	180.507	50.329
Outras rendas operacionais (ii)	10.744	24.586	8.895.307
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	79	1.944	-
	733.548	1.120.503	8.945.636

i. (i) Refere-se a distribuição de sobras e juros ao capital recebido da Credisis Central (nota 25).

ii. (ii) Outras rendas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de Seguros	10.744	24.586	-
Rendas de Repasse Interfinanceira	-	-	8.894.710
Rendas de Seguro Prestamista	-	-	597
	10.744	24.586	8.895.307

22. Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(91)	(2.121)	(5.817)
Outras despesas operacionais	(282.321)	(580.620)	(19)
	(224.050)	(570.158)	(1.815.631)

23. Outras receitas e despesas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais			
Ganhos de capital	12	1.566	-
	12	1.566	-
Despesas não operacionais			
Perdas de capital	(41.234)	(44.993)	(2.558)
Prejuízos na alienação de valores e bens	-	(9.750)	-
Outras despesas não operacionais	-	(625)	(1.784)
	(41.234)	(55.368)	(4.342)
	(41.222)	(53.802)	(4.342)

24. Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2023.

25. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2023	2022
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	11.083.891	12.667.144
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	25.212.561	24.332.546
Patrimônio líquido		
Capital social	666.480	540.579
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	226.390	75.795
Dispêndio com captações	(2.591.923)	(1.910.456)
Benefícios:		
Honorários (nota 19)	344.000	288.000

25.1. CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

A CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a) Atribuições estatutárias

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia.

b) Saldos das transações da Cooperativa com a CrediSIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

Descrição	2023	2022
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 6)	269.215.461	194.950.388
Ativo não circulante		
Participações em cooperativas (nota 5)	9.387.532	3.048.768
Principais operações:		
Ingressos		
Ingressos com intermediação financeira (nota 6)	28.836.334	12.277.601
Outros ingressos e receitas operacionais (nota 21)	913.466	-
Dispêndios		
Outros dispêndios e despesas administrativas (nota 20)	(1.825.884)	(717)
Outros dispêndios e despesas operacionais (nota 22)	(580.620)	(19)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	2023	2022
Patrimônio de referência (PR)	37.876.377	33.019.117
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	173.270.037	156.622.039
Índice de Basileia	22%	21%

27. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

O Sistema CrediSIS atribui alta prioridade ao gerenciamento de riscos e capital em todas as suas atividades e operações. Para esse fim, mantém uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos na CrediSIS Central, cuja missão abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tanto na Central quanto em suas filiais. Entre os principais riscos abordados estão o risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco social, ambiental e climático (SAC), gestão de continuidade de negócios e a gestão de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é cuidadosamente alinhada com o modelo de negócios da organização, a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos realizados. Isso é feito com o objetivo de garantir a solidez e a continuidade do Sistema CrediSIS ao longo do tempo.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.credisis.com.br, sob a seção “Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos”. De forma resumida, as principais áreas de gerenciamento de riscos são as seguintes:

a) Risco operacional

Este aspecto abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos, pessoas, sistemas, aspectos legais e regulatórios, tanto de fontes internas quanto externas.

b) Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito visa aprimorar os processos de concessão de crédito, melhorando a qualidade da carteira de crédito. Isso é feito por meio da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de antecipar potenciais perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados nos termos acordados.

c) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez foca na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de não ser capaz de cumprir os compromissos esperados e inesperados sem prejudicar as operações diárias ou incorrer em perdas, mantendo um alinhamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d) Risco de mercado

Este aspecto envolve a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do impacto das variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira, de acordo com suas políticas.

e) Risco Social, Ambiental e Climático (SAC)

O gerenciamento de risco SAC se concentra na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das possíveis perdas decorrentes de violações de direitos coletivos, impactos ambientais, uso inadequado de recursos naturais e mudanças climáticas causadas pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, seus cooperados, fornecedores e prestadores de serviço.

f) Risco de Conformidade:

O risco de conformidade envolve a possibilidade de não cumprimento de normas legais, regulatórias e éticas. A cooperativa adota medidas rigorosas para identificar, avaliar e mitigar tais riscos, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com leis e regulamentos. Isso inclui a implementação de procedimentos de monitoramento, controle e uma cultura organizacional focada na conformidade. O objetivo é evitar sanções, preservar a reputação e manter a confiança de cooperados e partes interessadas, com relatórios transparentes demonstrando o compromisso com a conformidade.

g) Gestão de continuidade do negócio

A política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) estabelece diretrizes, princípios e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar eventuais perdas, interrupções em atividades críticas e eventos extraordinários. Isso garante a resposta adequada e a recuperação dos processos críticos, assegurando a continuidade das operações do Sistema CrediSIS.

h) Gerenciamento de capital

Com o objetivo de atender aos objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, a gestão de capital identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga continuamente as exposições a riscos esperados e inesperados, garantindo o cumprimento dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

28. Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Alexandre Froes Michelin

Presidente
CPF: 536.038.930-34

Rodrigo Cassiano dos Santos

Contador CRC: RO009276/O-4
CPF: 851.693.312-15

Avelino Marcos Guarienti

Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 279.474.320-15



Acesse nosso site!

www.credisis.com.br